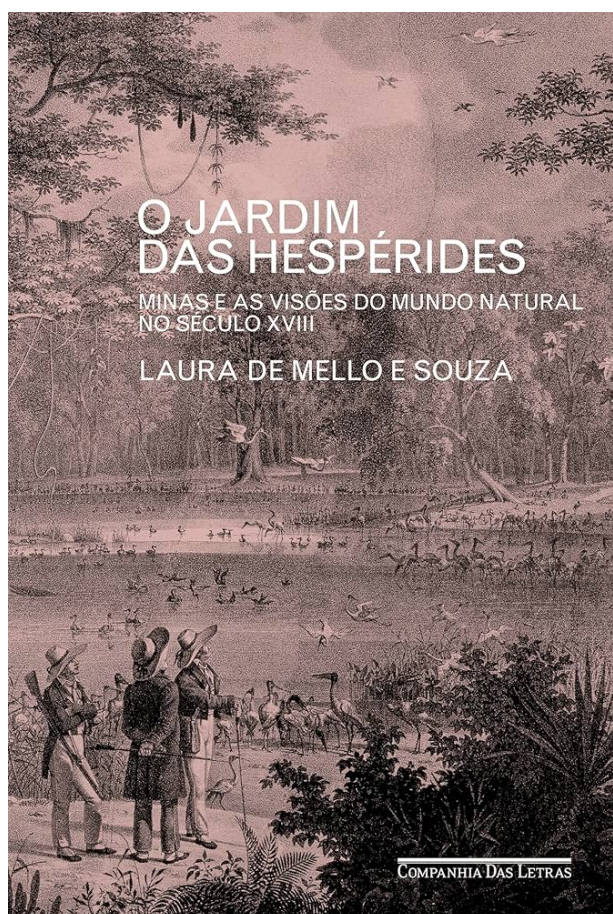


Mito, história e natureza na ocupação das Minas no século XVIII



Jean Luiz Neves Abreu

Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do curso de graduação em História, do Programa de Pós-graduação em História e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Coorganizador, entre outros livros, de *Territorialidades, cultura e poder: por entre temas e trilhas históricas*. Teresina: Cancioneiro, 2023. jeanluiz.na@gmail.com

Mito, história e natureza na ocupação das Minas no século XVIII

Myth, history and nature in the occupation of Minas in the 18th century

Jean Luiz Neves Abreu

SOUZA, Laura de Mello e. *O Jardim das Hespérides: Minas e as visões do mundo natural no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras/Kindle, 2023, 200 p.



O Jardim das Hespérides: Minas e as visões do mundo natural no século XVIII é o mais recente livro de Laura de Mello e Souza. Nele, a autora de certa maneira retoma temas caros às suas pesquisas e livros anteriores: a história de Minas colonial e o imaginário da colonização do Brasil. O primeiro tema foi objeto de um dos seus primeiros trabalhos, *Desclassificados do ouro*, sendo retomado em *Norma e conflito: aspectos de história de Minas no século XVIII*, alguns capítulos de *O sol e a sombra*, e revisitado em trabalho de cunho biográfico acerca do poeta Cláudio Manoel da Costa. No que toca às visões do mundo natural presentes no processo de colonização, o assunto foi explorado em *O diabo e a Terra de Santa Cruz* e *Inferno Atlântico*.¹

O livro que ora se resenha é resultado de estudos que se iniciaram em 1989 e que, ao longo das décadas seguintes, ganhou diversas versões, sendo objeto de apresentação em congressos e cursos ministrados pela autora. Livro gestado por longos anos, a ponto de Laura de Mello e Souza chegar até a pensar em deixar de lado a ideia publicá-lo, sendo convencida do contrário pela sua receptividade entre colegas de ofício e da École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess). Conforme justifica a autora na apresentação, o texto guarda as marcas do tempo, conservando as referências da época em que ele foi sendo elaborado. Embora tivesse a intenção de atualizá-las, foi impedida pela pandemia de Covid-19, razão pela qual muitas fontes primárias e teses, publicadas posteriormente, são citadas no formato original.

Além das pesquisas recentes produzidas sobre a história de Minas, Mello e Souza recorre também a obras clássicas da historiografia. É o caso da *História antiga de Minas Gerais*, de Diogo de Vasconcelos (1843-1927), de onde, inclusive, extrai o título (p. 9). Embora fosse um historiador à moda do século XIX, obcecado por documentos e pela história factual, sua obra foi, segundo define Mello e Souza, caracterizada pela “imaginação histórica, pela capacida-

¹ Ver SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 5. ed. Rio de Janeiro: Azulk, 2017, *idem*, *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999, *idem*, *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, *idem*, *Cláudio Manoel da Costa: o letrado dividido*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, *idem*, *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, e *idem*, *Inferno Atlântico: demonologia e colonização – séculos XVI-XVIII*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

de narrativa e pela noção do conjunto”, capaz de oferecer um “roteiro temático para quem estuda a história colonial da região” (p. 137 e 138). Partindo do mito do Jardim das Hespérides, cujos frutos produziam ouro e foi conquistado pelo herói da Antiguidade Hércules, a colonização das Minas é interpretada sob o signo da conquista da civilização sobre a barbárie; fruto da colonização portuguesa sobre a natureza.

Ao longo dos quatro capítulos o objetivo foi o “de transmitir a atmosfera mental dos sujeitos históricos que registraram suas concepções acerca do meio natural, enfatizando sobretudo as sensibilidades e as emoções” (p. 8). Do ponto de vista teórico, o estudo pode ser relacionado à história cultural, mais especificamente ao campo da história das mentalidades e do imaginário, perspectivas vinculadas ao campo da história cultural praticada pelos *Annales* a partir da década de 1960. Nessa perspectiva, a abordagem proposta vai ao encontro da noção de imaginário, entendido como “conjunto de representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência”, conforme define Evelyne Patlagean.² No campo dos estudos sobre o imaginário, há um diálogo com autores que exploraram esse viés, a exemplo de Keith Thomas.³ Mas também são inegáveis outras influências, que podem ser consideradas clássicas da nossa historiografia, como Sérgio Buarque de Holanda, a exemplo de *Visão do paraíso* e *Caminhos e fronteiras*, referências reiteradas nas páginas de *O Jardim das Hespérides*.⁴

A obra perpassa por um conjunto de fontes bastante significativo, sendo a maior parte manuscritas, e deixa em segundo plano a discussão historiográfica. Trata-se de uma opção metodológica que Laura de Mello e Souza assume. Desse modo, o texto muitas vezes emula os testemunhos, o que confere ao trabalho seu ritmo e estrutura (p. 8). Depreende-se dessa opção metodológica uma abordagem histórica que se distingue dos livros anteriores da autora, nos quais as exigências do ofício e da historiografia, como a defesa de uma tese, se colocavam em primeiro plano. O que se percebe no livro é uma escrita com maior dinamismo, sem perder de vista o rigor acadêmico e o uso crítico das fontes, das quais a autora demonstra amplo domínio, resultado do convívio com os arquivos e testemunhos diversos sobre as Minas do século XVIII.

Os capítulos, por sua vez, incorporam as diversas dimensões das Minas: a mítica, a trágica, a prática e a efetiva. A dimensão mítica perpassa pelos mitos edênicos que exerceram papel na colonização do Novo Mundo e da região das Minas. Tais mitos, por sua vez, remetem à existência de pedras preciosas naquele espaço, que alimentaram as promessas de riquezas que exerceram atração sobre os povoadores e desbravadores da região. A autora destaca que a ocupação da região das Minas e suas fronteiras fazem parte do que ela denomina de “edenização tardia”. Apesar da ocupação da futura região aurífera haver sido marcada pelas “atenuações plausíveis”, expressão cara a Sérgio Buarque de Holanda, a dimensão mítica “indica a permanência, na longa

² PATLAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 292.

³ Ver THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁴ Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, e *idem*, *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. A autora cita a edição do livro de 1957.

duração, de atitudes análogas às de Gandavo, propagandista edenizador dos primeiros tempos da colônia, e sugere que os bolsões de mitificação podiam ficar adormecidos para, em momento oportuno, reeditarem-se e se readaptarem, originando novos arranjos mentais” (p. 20). A existência de mitos fundadores na constituição do espaço físico das Minas prolongou-se nos avanços pelos sertões na segunda metade do século XVIII, principalmente sob o impulso das bandeiras que incorporavam a mitificação ao ardil exploratório. Essas percepções, como bem demonstra Mello e Souza, estiveram presentes em diversos relatos, incluindo os poetas, a exemplo de Cláudio Manoel da Costa e Alvarenga Peixoto, os quais deixaram registrada em seus versos a promessa de riqueza escondida sob os veios da terra. A percepção do maravilhoso era impregnada por vários sentidos conferidos à natureza, que abarcavam desde o imaginário religioso, relacionados aos prodígios da natureza das Minas e seus milagres; passando pelo viés prático que exaltava as riquezas – sobejamente as advindas das pedras preciosas da região –, ao imaginário fundado pelo olhar naturalista, que descrevia a natureza com aparato científico, sem deixar de lado seu encantamento por ela.

A esse viés do maravilhoso contrapunha-se a dimensão trágica abordada no segundo capítulo, caracterizada pelo aspérrimo sertão e os obstáculos geográficos, como as montanhosas e rios, óbices à entrada dos bandeirantes e à ocupação da região. A autora relaciona as cadeias montanhosas das Minas às regiões que invocavam “concepções milenares que associavam o relevo vertical à morada de seres fantásticos, benfazejos ou malignos” (p. 42). Coligindo relatos diversos, assim como procede nos demais capítulos, Laura de Mello e Souza sublinha, além dos acidentes geográficos, a escassez dos recursos naturais, fruto do desequilíbrio entre o número de almas e os víveres; os motins do sertão, estes vistos como naturais ao clima das Minas. Além disso, sobrevinham o frio, as enchentes, as chuvas que atingiam as casas de adobe. De todos os males, o sertão, espaço de “conceitos múltiplos”⁵, corporificava uma das principais dimensões trágicas da natureza mineira. Além das dificuldades em avançar sobre seu terreno, que compreendia várias porções da capitania, havia as febres e outras mazelas, e os perigos acarretados pelas “feras” indígenas e “negros” fugidos. Apesar de todos os obstáculos, muitos foram aqueles que se embrenharam no sertão, em busca de riqueza e melhoria de vida, movidos principalmente pela atração mítica que aquele espaço exercia sobre todos.

Como que para enfrentar essa dimensão trágica, no terceiro quartel do século XVIII impôs-se a necessidade de domínio da natureza, a dimensão prática, tema do terceiro capítulo. Laura de Mello e Souza observa que tal dimensão pode ser vista na toponímia e delimitação dos lugares, pelos mapas que se multiplicaram e se tornaram mais precisos, sob o influxo da Ilustração.⁶ De igual maneira, as narrativas tornaram-se mais precisas e com cariz científico.

⁵ A discussão sobre os sertões na Capitania das Minas como espaço múltiplo é bastante ampla. Ver a respeito, dentre outros, CARRARA, Ângelo A. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. *Varia História*, v. 23, n. 38, Belo Horizonte, jul. 2007, e RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 46, São Paulo, 2003.

⁶ Sobre os mapas da Capitania de Minas Gerais, ver também o estudo de FURTADO, Júnia Ferreira. Um cartógrafo antigo: a cartografia de José Joaquim da Rocha. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 11, Belo Horizonte, 2010.



Tais objetivos práticos “recobriam, entretanto, certa efetivação da natureza: o sentimento de pertencer àquela terra, e de desejá-la melhor” (p. 74). A descrição era uma das formas de ordenar o espaço e, ao mesmo tempo, conferir à região um processo civilizatório. Assim, por exemplo, o sertão, espaço temerário, revelava sua dimensão utilitária, conforme expresso nas memórias e na literatura da época. Mello e Souza enfatiza ainda o papel da legislação como agente ordenador e civilizacional do território; elemento relevante para se tentar exercer controle sobre a extração dos minerais, um dos principais mananciais da riqueza da capitania.

A agricultura e outras atividades econômicas eram outras formas que assumia a dimensão prática. Dessa forma, nesse “mundo cada vez mais dominado pelo ideal da natureza domesticada, plantas e animais deviam ser catalogados, ao mesmo tempo que se estudavam as possibilidades de sua utilização prática e, no limite, científica” (p. 81). Outro aspecto dessa dimensão diz respeito aos caminhos que se abriram, em particular o denominado Caminho Novo, ligando o litoral à Capitania das Minas, permitindo o escoamento do ouro e intercâmbio comercial. Mello e Souza chama atenção para a criação das vilas como forma de controle prático desse espaço, processo que teve impacto sobre o meio-ambiente. Não se deixa de perceber, neste ponto do livro, um diálogo com a história ambiental. O avanço da Coroa portuguesa sobre a capitania levou à constituição de uma paisagem desolada, conforme destacado por naturalistas do século XIX.

O último capítulo do livro é dedicado à dimensão afetiva, associada à vida artística e cultural – a poesia, a música, as expressões estéticas assumidas pela arte e pela arquitetura das igrejas – e às formas de representação que indicam a ligação de uma elite local com o território das Minas. A autora dedica parte do capítulo à análise das representações cartográficas e suas alegorias. Os mapas eram acompanhados de cartuchos – local reservado às ilustrações, figurando geralmente na periferia desses⁷ – onde eram encenados determinados aspectos da natureza e da sociedade, por meio de imagens alegóricas. A dimensão afetiva aparece também em meio ao papel exercido pela elite local, constituída de homens ilustrados, que frequentavam as universidades europeias. Para Mello e Souza, na segunda metade do setecentos, quando já se fazia perceber a decadência do ouro, a elite intelectual buscava “subsídios para refletir sobre a realidade específica de sua terra”, o que se fez acompanhar “de um sentimento regional mais intenso, e este manifestou-se, com frequência, na incorporação da natureza ao universo dos afetos” (p. 109). Entre alguns letrados, como em Cláudio Manoel da Costa, afluía um sentimento de pertencimento à terra. Nos versos do poeta se faz presente a acentuação de uma paisagem de rochas e montanhas que contrastava com a de Portugal, indicando a associação da natureza peculiar do local ao sentimento afetivo. Nessa afetividade anuncia-se igualmente o espaço para a sedição, cuja manifestação mais evidente foi a Inconfidência Mineira: “Nas falas atribuídas aos inconfidentes de 1789, a referência à natureza pródiga das Minas aparece quase sempre por contraste e oposição às queixas acerca da pobreza dos habitantes, o que justifi-

⁷ Cf. TEIXEIRA, Dante Martins. Todas as criaturas do mundo: a arte dos mapas como elemento de orientação geográfica. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 17, n. 1, São Paulo, jan. 2009, p. 147.

caria a necessidade do levante e, afinal, da independência” (p. 119). Nas obras e falas dos incondidentes denota-se a passagem de uma exaltação da natureza para a denúncia da opressão do estatuto colonial sobre a “pátria” das Minas.

No epílogo do texto, intitulado “Mito, história, paraíso perdido”, a autora retoma a discussão sobre o mito do Jardim das Hespérides e suas releituras e apropriações na expansão ultramarina, de modo a argumentar que a ocupação dos espaços ulteriores à colonização se relacionava com “mitos e de *topoi*, não apenas os positivos, mas também, com frequência, os negativos” (p. 136). Ao analisar o processo histórico de releitura desse mito na Capitania das Minas – sendo Diogo de Vasconcelos o primeiro a fazê-lo –, Laura de Mello e Souza observa que as dimensões mítica, trágica, prática e a afetiva, que recobrem a percepção da natureza e território naquele contexto, não podem ser analisadas cronologicamente, posto que se interpenetram, alternando-se e, por vezes, sobressaindo-se uma sobre as outras. Articulando presente e passado no último tópico do capítulo, a dimensão que parece sobressair após três séculos de colonização é a trágica, restando um jardim devassado pelas tragédias socioambientais dos últimos anos.

Trata-se aqui, a nosso ver, de uma forma pela qual a historiadora situa o papel da história para compreensão do presente. Longe de retomar aqui a ideia do caráter exemplar da história, expresso pela *historia magistra vitae*, o livro nos faz pensar o papel da compreensão do passado, e o que se pode aprender com ele. No caso em específico, a feição predatória do processo de ocupação do espaço, ontem e hoje, indica um processo histórico colonizador que teve consequências para a natureza mineira. Dilapidou-se não apenas ouro, mas destruíram-se florestas, rios e a fauna mineiras.

Recentemente Laura de Mello e Souza foi laureada com o Prêmio Internacional de História, pelo Conselho do International Committee of Historical Sciences (ICHS), pelo reconhecimento do valor de sua obra, no qual *O Jardim das Hespérides* tem sua contribuição. Apesar de o livro retomar certas ideias já percorridas anteriormente pela autora e pela historiografia acerca de Minas colonial, isso não diminui a sua contribuição, principalmente para se pensar o entrelaçamento entre os aspectos políticos, econômicos e sociais e os aspectos culturais que se manifestam nas mentalidades e no imaginário.

Resenha recebida em 5 de junho de 2024. Aprovada em 10 de julho de 2024.